



17864953



08084.007708/2021-53

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****NOTA TÉCNICA Nº 66/2022/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08084.002558/2020-19****INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se da análise da proposta e da habilitação da licitante **Contato Serviços de Conservação e Manutenção EIRELI, CNPJ nº 04.768.594/0001-36**, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 08/2022 cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, recepção, secretariado e de condução de veículos de representação, para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2. DA NEGOCIAÇÃO

2.1. A realizada negociação, via chat, nos termos dos itens 7.27 a 7.28 do Edital, a empresa manteve os valores ofertados inicialmente sem redução dos preços.

3. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1. A área demandante, por meio da Nota Técnica 57 (SEI nº 17865514), manifestou-se quanto à proposta e à planilha de custos da licitante e formação de preços, bem como da habilitação técnica da licitante.

3.2. Conforme consignado no capítulo 2 do referido documento, a proposta e a planilha de custos e formação de preços apresentadas pela empresa **NÃO ATENDEM** às exigências do instrumento convocatório.

2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS

2.1. Em análise preliminar à planilha de custos e formação de preços apresentada, constatou-se as seguintes impropriedades:

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração.

2.1.1. A proponente não apresentou as CCTs a qual as categorias profissionais da proposta se vinculam, conforme exige o item 6.1.2.1 do Edital. Ainda que o enquadramento sindical da empresa com base em sua atividade econômica preponderante se inclua exclusivamente na esfera de avaliação da proponente, infere-se que os salários base utilizados na formulação de sua planilha de custos foram extraídos de Convenções Coletivas firmadas por sindicatos patronais representantes de diferentes categorias econômicas, o que demandaria a apresentação de justificativas por parte da licitante.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios.**Submódulo 2.1 (13º salário e adicional de férias)**

2.1.2. A empresa adotou os percentuais indicados no modelo de proposta. Sem ressalvas.

Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições)

2.1.3. Os percentuais dos encargos previdenciários e demais contribuições estão de acordo com o estabelecido pela legislação vigente.

2.1.4. A proposta apresentou o percentual de 1,5% referente ao RAT e a empresa encaminhou a GFIP comprovando incidência da referida alíquota. Sem ressalvas

2.1.5. Submódulo 2.3 (Benefícios mensais e diários)

2.1.6. A empresa não apresentou as CCTs a qual as categorias profissionais da proposta se vinculam, o que impede a aferição da compatibilidade dos benefícios indicados na planilha com o estabelecido nas Convenções Coletivas.

MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão.

2.1.7. Os percentuais utilizados para o cálculo do gasto com as dispensas por aviso prévio trabalhado e indenizado foram apresentados em consonância com a metodologia adotada nos Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 3006/2010–Plenário e os demais itens estão compatíveis com o modelo de planilha anexa ao Edital. Sem ressalvas.

MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.

2.1.8. Os percentuais relativos ao adicional de férias (submódulo 2.1) e às férias (submódulo 4.1) totalizam 12,10%, consoante percentual que será provisionado para a Conta Vinculada, conforme Anexo XII da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

2.1.9. Para os demais itens que compõem este módulo a licitante deveria apresentar a memória de cálculo que deu suporte aos percentuais utilizados, conforme exige o item 9.1.2.1 do TR.

MÓDULO 5 - Insumos de Mão de Obra.

2.1.10. Os valores mensais estimados pela licitante encontram-se significativamente abaixo do estimado pela Administração, o que demanda a apresentação de justificativas por parte da licitante.

MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

2.1.11. A licitante não apresentou documentação que comprove o enquadramento do regime tributário da empresa, o que impede a aferição da compatibilidade com as alíquotas utilizadas em sua planilha de custos.

2.2. Ante o exposto, observa-se que a proposta de preços e planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa não atendem às exigências do instrumento convocatório.

3.3. Do mesmo modo, pela análise empreendida, depreendeu-se que a empresa **NÃO ATENDE** aos critérios de habilitação técnica, item 9.11.1.1 e 9.11.1.5 do Edital, relativos à comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, conforme demonstrado no documento SEI nº 17866982.

3.1. Para fins de comprovação de sua aptidão técnica as licitantes devem demonstrar que já executaram contratos com o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho a serem contratados, pelo período mínimo de 3 (três) anos, não havendo

obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme itens 9.11.1 e 9.11.5 do Edital.

3.2. Assim, considerando que o Termo de Referência dispõe que serão alocados 336 empregados para a execução do objeto, a proponente deve comprovar a execução de contratos cujo somatório dos postos de trabalho seja de, no mínimo, 168 empregados por pelo menos 36 meses, que equivalem aos três anos exigidos.

3.3. Contudo, os documentos apresentados comprovam a execução do quantitativo mínimo dos serviços somente no período de jan/2019 a set/2021, o que equivale a somente a 33 meses, montante inferior, portanto, ao necessário para atender os critérios estabelecidos nos itens 9.11.1 e 9.11.5 do Edital.

3.4. Assim, considerando que a proponente apresentou os documentos de habilitação técnica em desacordo com os requisitos estabelecidos, esta área demandante se manifesta pela inabilitação técnica da empresa CONTATO SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO EIRELI - CNPJ nº 04.768.594/0001-36.

4. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4.1. No que tange aos demais documentos relativos à habilitação, segue análise:

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	SEI
9.1 - a	SICAF	Atende	17862103
9.1 - b	CEIS		
9.1 -c	CNIA		
9.1 - d	Lista de Inidôneos/TCU		
Habilitação Jurídica			
9.8	Contrato Social	Atende	17862103
Regularidade Fiscal e Trabalhista			
9.9	SICAF- Nível III	Atende	17862103
Qualificação econômico financeira			
9.10.1	Certidão Negativa de Falência	Atende	17861463
9.10.2	Balanco patrimonial	Atende	17861463
9.10.3	Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)	Atende	
9.10.5.1	CCL ou CG de no mínimo 16,66% do valor estimado para a contratação	NÃO ATENDE	17865508
9.10.5.2	Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado da contratação	Atende	17865508
9.10.5.3	Declaração, da relação de compromissos assumidos (Anexo III do Edital)	Atende	17865508
9.10.5.4	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Atende	17861463

4.2. Quanto ao descumprimento do item 9.10.5.1, cumpre informar que, nos termos da disposição editalícia, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, as empresas deverão demonstrar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação. Assim, pela análise do balanço patrimonial da empresa (SEI nº 17861463) verifica-se que não há atendimento ao requisito, posto que capital de giro é inferior ao exigido, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Valor estimado da contratação (R\$)	16,66% do valor estimado (R\$)	Ativo Circulante (R\$)	Passivo Circulante (R\$)	Capital de giro (R\$)
28.882.045,68	4.811.748,81	4.403.343,28	1.389.113,83	3.014.229,45

5. CONCLUSÃO

5.1. Diante da análise empreendida, respaldada pela manifestação da área demandante, esta pregoeira, com fulcro no item 9.17 do Edital, manifesta-se pela não aceitação da proposta da empresa **Contato Serviços de Conservação e Manutenção EIRELI, CNPJ nº 04.768.594/0001-36**, bem como por sua inabilitação, tendo em vista o desatendimento aos itens 9.10.5.1 (comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação) e 9.11.1.5 do Edital (comprovação da experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços).

Atenciosamente,

Lidianny Almeida de Carvalho

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO, Pregoeiro(a)**, em 27/04/2022, às 14:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17864953** e o código CRC **E42D15C6**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.